

SIMULADO TRF-3



Estratégia
CONCURSOS

Simulado Especial – Direito Constitucional

TRF 3ª REGIÃO

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO ESPECIAL

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF;
- 2 – A prova contém **15 questões** que abordam temas de Direito Constitucional cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelo Prof. Ricardo Vale com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 6 – **A partir das 19h, o Prof. Ricardo Vale iniciará a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Ele resolverá todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 9 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF3-21-10>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 13 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 14 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 15 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | |
| 05 – A B C D E | |
| 06 – A B C D E | |
| 07 – A B C D E | |
| 08 – A B C D E | |
| 09 – A B C D E | |
| 10 – A B C D E | |
| 11 – A B C D E | |
| 12 – A B C D E | |

Direito Constitucional

01. Aparício comparece perante a Caixa Econômica Federal, a fim de requerer a retificação de seus dados cadastrais na referida instituição. Diante da negativa, por parte da entidade, Aparício decide impetrar _____, de competência _____. Ocorre que, para instruir o processo, solicita a emissão de certidão de objeto e pé junto à Justiça Federal, referente a um processo em que figura como parte, o que também lhe é negado pelo juiz da respectiva vara. Pela segunda vez, Aparício consulta seu advogado, que prontamente o aconselha a mover outra ação, dessa vez _____, de competência _____.

Considerando a situação apresentada, assinale a alternativa que contém as opções que preenchem, corretamente, as lacunas anteriores:

- a) Habeas data, de juiz federal, o mandado de segurança, do Tribunal Regional Federal.
- b) Habeas data, de juiz estadual, o habeas data, do Tribunal Regional Federal.
- c) Mandado de segurança, de juiz federal, o mandado de segurança, do Tribunal Regional Federal.
- d) Habeas data, de juiz federal, o mandado de segurança, do Superior Tribunal de Justiça.
- e) Mandado de segurança, de juiz estadual, o mandado de segurança, do Superior Tribunal de Justiça.

02. Tenório, juiz estadual, após sofrer processo administrativo disciplinar em que lhe foi assegurada ampla defesa, acaba sendo removido do local onde exercia suas atribuições para outro ponto do território, por motivo de interesse público e mediante decisão proferida pelo voto de dois terços dos membros do respectivo Tribunal de Justiça. Inconformado com a penalidade aplicada, Tenório dirige-se ao Supremo Tribunal Federal, desejando obter a revisão da sanção administrativa imposta ao magistrado. Nessas condições, conclui-se que:

- a) Tenório poderá ter revista a penalidade a ele imposta, uma vez que cabe ao STF rever as decisões administrativas disciplinares do Poder Judiciário.
- b) Tenório deve interpor recurso perante o STF, uma vez que a penalidade somente poderia ter sido imposta pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal.
- c) Tenório poderia ter levado a questão diretamente ao CNJ, órgão com atribuições administrativas e correcionais com atuação independente e concorrente com os demais órgãos do Poder Judiciário.
- d) Por se tratar de decisão administrativa, o STF, órgão de cúpula exclusivamente jurisdicional, não possui competência para decidir a respeito.
- e) A penalidade somente poderia ter sido aplicada pelo CNJ, órgão com competências exclusivamente

administrativas, disciplinares e correcionais atribuídas diretamente pela Constituição Federal.

03. Ignóbio, cidadão de 33 anos e bacharel em Direito, por diversas vezes tentou, sem sucesso, obter aprovação no exame de Ordem e em vários concursos públicos. Cansado e finalmente decidido a mudar o rumo de sua carreira, inicia uma pesquisa sobre possíveis cargos que poderia ocupar enquanto membro do Poder Judiciário, driblando a necessidade de aprovação em testes dessa natureza. Cumpridas as exigências constitucionais, uma possível alternativa, para Ignóbio, seria:

- a) Concorrer, pela regra do Quinto Constitucional, à vaga de Desembargador de Tribunal Regional Federal.
- b) A escolha de seu nome, pelo Presidente da República, para ocupar o cargo de Ministro do STF.
- c) Compor a Justiça de Paz.
- d) Sua indicação, pelo Presidente da República, para integrar o CNJ.
- e) A nomeação para juiz eleitoral.

04. Remilton teve suspensos seus direitos políticos e está impedido de votar. Sem poder exercer seu direito de participação direta na vida política do país, decidiu que poderia, ainda assim, contribuir de outras maneiras para a defesa e proteção da res publica. Passou, então, a observar atentamente as atividades desenvolvidas pelo Poder Público local, a fim de detectar possíveis irregularidades e desvios no âmbito dessa atuação e, dessa forma, acionar os órgãos competentes para a tomada das devidas providências. Um dos instrumentos adequados, do qual Remilton poderia lançar mão para colocar em prática seu plano, seria:

- a) A ação popular, no caso de dano ambiental provocado por entidade subvencionada por recursos públicos.
- b) A ação civil pública, para a proteção de direitos coletivos e difusos.
- c) A ação popular, para a defesa de direitos difusos, já que trata-se de um instrumento da democracia indireta.
- d) A comunicação, ao Ministério Público, de ocorrência de lesão ao patrimônio social, para que este promova a ação civil pública.
- e) Qualquer ação cuja legitimidade ativa seja universal, visando defender os interesses da coletividade.

05. Furtsal, brasileiro naturalizado, foi preso em flagrante, ao subtrair acessórios que estavam à venda em uma loja de artigos para futebol, e levado pelos policiais até a Delegacia mais próxima. Segundo o que dispõe a Constituição Federal, nessa situação, Furtsal:

- a) Tem direito à comunicação imediata de sua prisão aos familiares e, alternativamente, caso estes não se encontrem no Brasil, ao juiz competente.

- b) Tem direito de permanecer calado e não poderá ser extraditado.
- c) Ao ser preso em flagrante, será considerado culpado independente de sentença condenatória transitada em julgado.
- d) Necessitará da assistência de um advogado, para a impetração de habeas corpus, enquanto estiver na prisão.
- e) Não poderá ser extraditado, mas deverá ser submetido à identificação criminal.

06. Determinada associação de moradores, seis meses após sua criação, reuniu-se em assembleia para deliberar a respeito da segurança no bairro. Decidiu-se por demandar coletivamente, perante o município, medidas mais efetivas voltadas a aprimorar o sistema de vigilância da região. Assim, considerando a situação exposta, bem como o que determina a Constituição federal sobre o livre direito à associação, é correto dizer que:

- a) A referida associação poderá representar o conjunto de moradores, sem necessidade de expressa autorização destes.
- b) A mencionada associação poderá representar o conjunto de moradores, desde que expressamente autorizada, valendo-se do instituto da substituição processual.
- c) A associação irá necessitar de expressa autorização dos filiados apenas em caso de representação judicial.
- d) A associação não poderá representar os filiados, ainda que extrajudicialmente, por ter sido constituída há menos de um ano.
- e) Caso seja constatada qualquer ilicitude no desempenho de suas atribuições, eventual decisão judicial poderá suspender suas atividades antes mesmo do trânsito em julgado da decisão.

07. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Morina é juíza federal e pretende candidatar-se ao cargo de deputada federal.
- II. Deltona é promotora de justiça e pretende candidatar-se ao cargo de prefeita.
- III. Rosécia é empregada de sociedade de economia mista estadual e foi eleita vereadora.
- IV. Catedrina é professora de universidade pública e foi nomeada para exercer o cargo de suporte administrativo na Justiça Federal.

Considerando-se o regramento constitucional em torno da acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar que:

- a) Rosécia é a única que, certamente, poderá acumular as remunerações pretendidas.

- b) Caso venham a ser eleitas, Morina e Deltona deverão afastar-se das respectivas funções para tomar posse nos cargos eletivos.
- c) Rosécia e Catedrina poderão acumular as funções almejadas.
- d) Catedrina não poderá acumular os cargos desejados, mas Deltona, caso se afaste da função de promotora, poderá tomar posse como prefeita.
- e) Caso não haja permissão para que Rosécia acumule os dois cargos, ainda poderá optar pela remuneração. Já Catedrina não poderá acumular nem optar pela remuneração, em qualquer hipótese.

08. A associação Sangue Azul, por meio das redes sociais, fez uma grande convocação para que fosse realizada, no domingo, manifestação na praça pública do Município ZXY.

As autoridades municipais foram previamente avisadas, mas informaram o Presidente da Associação Sangue Azul que a manifestação não seria autorizada, uma vez que tem uma finalidade ilícita, qual seja a de defender a legalização das drogas.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o STF, a defesa da legalização das drogas em espaços públicos é incompatível com o direito de reunião e com a liberdade de expressão.
- b) Diante da negativa das autoridades municipais, a associação Sangue Azul poderá impetrar mandado de segurança, a fim de assegurar o direito líquido e certo à liberdade de reunião. O prazo decadencial para que seja impetrado o mandado de segurança é de 120 dias.
- c) O direito de reunião depende de prévio aviso à autoridade pública, podendo, inclusive, frustrar outra reunião já convocada para o mesmo local.
- d) O direito de reunião em espaços públicos é incondicionado.
- e) A negativa das autoridades municipais foi plenamente compatível com os ditames constitucionais, já que a liberdade de reunião não é absoluta, cedendo quando em conflito com outro valor socialmente mais relevante.

09. Determinada Emenda Constitucional, visando criar mais um imposto de competência da União, foi proposta por 27 senadores. Obedecendo o rito previsto para a provação dessa espécie legislativa, o projeto seguiu para a Mesa do Congresso e, em seguida, para o Presidente da República, que a sancionou e promulgou.

Considerando as normas e limites atinentes ao poder constituinte derivado reformador, presentes na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A referida PEC contém vício material, mas seguiu estritamente o procedimento formal estabelecido pela atual Constituição.
- b) Não há óbice à alteração das normas constitucionais relativas às competências tributárias e à criação de impostos.
- c) O único vício no procedimento apresentado consiste na participação do Poder Executivo.
- d) Pode-se dizer que a PEC apresenta vício de iniciativa, mas não vício formal.
- e) Caso a mesma matéria já tenha sido rejeitada anteriormente, ela não poderá ser objeto de nova deliberação, já que o princípio da irrepetibilidade, em relação às Emendas Constitucionais, se aplica de forma absoluta.

10. Saulo Guedes, ao iniciar seus estudos para o concurso público do INSS e aprofundar seus conhecimentos sobre a seguridade social, sentiu-se instigado a investigar a respeito da legislação e da competência para estabelecer regras sobre o tema. Percebeu que o assunto era bem mais complexo do que imaginava e, ao final da leitura da bibliografia recomendada, chegou à conclusão de que a União é responsável por editar normas gerais sobre seguridade social e de que os estados, em caso de inércia legislativa por parte do ente federal, poderiam exercer a competência plena. Entendeu também que, especificamente no que se refere à Previdência Social, em nome do princípio da predominância do interesse, cada ente da federação detém competência exclusiva para legislar sobre a matéria.

Analisando-se as conclusões de Saulo, é possível afirmar que:

- a) Saulo equivocou-se no que se refere à seguridade social, cuja competência legislativa pertence, exclusivamente, à União, não podendo ser delegada aos estados-membros, em hipótese alguma.
- b) Houve confusão em relação à previdência social, que se insere no campo da competência legislativa privativa da União, apenas. Nesse caso, Lei Complementar poderá autorizar os estados a legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse.
- c) Saulo está correto, mas cabe acrescentar que, em relação à seguridade, os municípios também podem legislar sobre a matéria.
- d) Saulo deveria ter chegado à conclusão de que, em matéria de seguridade social, os estados apenas poderão legislar sobre a matéria em questões específicas, desde que autorizados por Lei Complementar Federal. Já em relação à previdência, a União limita-se a estabelecer normas gerais.
- e) Saulo equivocou-se completamente, uma vez que a previdência faz parte da seguridade social e, sobre ambos os assuntos, a competência para legislar pertence exclusivamente à União.

11. Determinada porção de um estado X pretende desmembrar-se do Estado do qual atualmente faz parte. Em consulta à população do Estado como um todo, verificou-se que o resultado plebiscitário foi desfavorável ao projeto de divisão do território. Ainda assim, o Governador entendeu por bem submetê-lo à apreciação da Assembleia Legislativa que, finalmente, decidiu pela manutenção da alteração idealizada inicialmente, enviando o projeto de lei para sanção do chefe do Poder Executivo que, ao final, promulgou o ato.

Analisando a situação hipotética acima descrita, é correto dizer que o desmembramento de parte do estado:

- a) Está de acordo com o que determina a Constituição Federal, que exige a manifestação dos dois Poderes do Estado para efetivar a alteração proposta.
- b) É flagrantemente inconstitucional, uma vez que a consulta plebiscitária desfavorável vincula a decisão da assembleia legislativa, na fase seguinte.
- c) É flagrantemente inconstitucional, uma vez que o plebiscito, nesse caso, é convocado pelo Congresso Nacional que, obtendo resultado favorável nessa consulta, poderá aprovar o projeto por meio de Lei Complementar.
- d) Está de acordo com o que determina a Constituição Federal, no que diz respeito à submissão do projeto à apreciação da Assembleia Legislativa, mas em contradição com o que estabelece o texto constitucional, no que se refere à participação do Governador do Estado.
- e) É flagrantemente inconstitucional, uma vez que, após a publicação da referida lei estadual, o projeto deveria ter sido submetido à aprovação do Congresso Nacional, por meio de Lei Complementar.

12. Antíquo, senhor idoso que vive nas ruas, comparece junto ao órgão da administração responsável por receber as demandas da população na área assistencial, a fim de requerer a efetivação do direito social da assistência aos desamparados, previsto na Constituição Federal. Em resposta, o funcionário do mencionado órgão deveria informar a Antíquo que:

- a) O requerimento não pode ser aceito, considerando que se trata de direito coletivo de terceira geração e que, por esse motivo, não pode ser objeto de fruição individual.
- b) Não há possibilidade de se atender ao pedido, já que os direitos sociais constituem normas programáticas e, nessa qualidade, exigem a edição de lei em sentido estrito para que possam ser implementados.
- c) A fruição do direito não necessariamente depende de lei mas, por constituírem normas de eficácia contida, os direitos sociais podem vir a ser restringidos e até suprimidos com a edição de ato normativo posterior.
- d) Os direitos sociais, elencados na Constituição, estão sujeitos à cláusula da reserva do possível e, na medida

em que constituem normas de eficácia limitada, não é possível exigir sua concretização antes de efetivada a ação normativa por parte do Estado.

- e) Pode-se exigir do Estado a prestação da assistência solicitada, inclusive por meio da impetração do mandado de injunção, frente à omissão estatal.

13. O Presidente da República, ao tomar posse no novo cargo, iniciou uma série de medidas destinadas a aperfeiçoar o funcionamento da administração pública. Ciente da morosidade do andamento dos projetos de lei submetidos à apreciação do Congresso Nacional, decide lançar mão de instrumentos mais ágeis e dotados de maior autonomia, conferidos pela Constituição ao chefe do Poder Executivo. Dentre as medidas que pretende adotar, estão:

- (I) A concessão de créditos suplementares, para reforçar a dotação orçamentária da administração;
- (II) A autorização para que os Estados possam legislar sobre questões específicas em matéria de registros públicos;
- (III) A extinção de cargos vagos em órgãos da administração;
- (IV) A extinção de órgãos públicos, com a finalidade de reduzir despesas.

Na situação hipotética narrada, atendidas as demais exigências constitucionais, o Presidente:

- a) Poderá editar medida provisória apenas na situação (I).
- b) Poderá editar ato normativo independente da participação do Poder Legislativo em (III), apenas.
- c) Não poderá editar medida provisória apenas na situação (II).
- d) Poderá editar decreto na situação (IV).
- e) Poderá tratar das matérias descritas em (I), (II) e (III) por meio de medida provisória.

14. Gerônimo, Presidente da República, e Afrânio, empregado público de sociedade de economia mista, desejam encaminhar suas prestações de contas ao órgão competente, para apreciação e julgamento. Em relação às competências constitucionalmente atribuídas ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas da União, é correto dizer que:

- a) O Tribunal de Contas da União, como mero órgão de assessoramento técnico do Poder Legislativo, em sua função fiscalizatória, limita-se a emitir pareceres, mas não realiza o julgamento das contas mencionadas.
- b) Embora o TCU seja órgão autônomo e não subordinado a nenhum dos Poderes, o exercício de suas competências, como o julgamento das contas em

questão, fica sempre sujeito ao crivo posterior do Poder Legislativo.

- c) As contas de Gerônimo deverão ser submetidas à fiscalização do Tribunal, mas Afrânio, enquanto empregado de entidade da administração indireta sujeita ao regime jurídico das empresas privadas, não se submete a essa fiscalização.
- d) Em relação às contas de Gerônimo, o TCU apenas emitirá parecer, cabendo à Câmara dos Deputados a tomada de contas do Presidente, quando não apresentadas no prazo constitucionalmente estabelecido.
- e) O TCU julgará as contas de Afrânio e Gerônimo mas, no segundo caso, caberá ao Congresso Nacional a tomada de contas quando não apresentadas no prazo constitucionalmente estabelecido.

15. Suponha que um grupo de 21 senadores tenha apresentado proposta de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar eventuais desvios de verbas durante a execução de obra pública de grande vulto, prestes a iniciar. Tal comissão estaria prevista para funcionar temporariamente, com previsão de encerramento de seus trabalhos somente após a conclusão do empreendimento. Entre as medidas que o grupo de senadores consideraram como passíveis de adoção durante um possível processo investigatório, estavam a quebra do sigilo bancário e a quebra do sigilo das comunicações telefônicas dos envolvidos.

De acordo com o regramento constitucional estabelecido para a instalação das CPIs no âmbito do Poder Legislativo Federal, é correto afirmar que:

- a) Ainda que a referida CPI tivesse seguido o procedimento estabelecido pela CF/88 para sua criação e funcionamento, não haveria autorização para a quebra do sigilo das comunicações telefônicas, mas apenas do sigilo bancário dos investigados.
- b) A criação da CPI deve garantir a representatividade das minorias sendo, portanto, regular o requerimento apresentado para sua criação.
- c) A Comissão proposta segue os ditames constitucionais relativos ao prazo de funcionamento, procedimento para criação e objeto, mas extrapola os poderes instrutórios e ela atribuídos pela Carta Magna.
- d) A criação da CPI é irregular somente no que diz respeito ao seu objeto.
- e) Todo o procedimento de criação e funcionamento, assim como as medidas instrutórias mencionadas, encontram-se em desacordo com o que determina a Constituição.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TRF3-21-10>

Aulão Presencial TRF-3 (30/11)

[Garanta seu ingresso!](#)

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

VERIFIQUE CONDIÇÕES NO SITE